

**X LEGISLATURA**  
**ACTA Nº 107/X/4ª SL**

Aos vinte e quatro dias do mês de Março de 2009, pelas 15h00, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional (CAEIDR), na Sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta.

Havendo quórum para funcionamento e deliberação, nos termos do nº 5 do artigo 58º do Regimento da Assembleia, o Presidente da Comissão, Sr. Deputado Rui Vieira, iniciou os trabalhos, tendo como Ordem do Dia os seguintes pontos:

1. **Audição do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa, Prof. Carlos Zorrinho**
2. **Apreciação e votação das actas nº 105 (17 de Março) e nº 106 (18 de Março).**
3. **Apreciação e votação do Parecer sobre a Comunicação da União Europeia (2008) 642 Final - "As regiões ultraperiféricas: um trunfo para a Europa." - Relator: GP PSD.**
4. **Discussão do Projecto de Resolução n.º 416/X/4 - "Sobre o Protocolo do Esgotamento" (PCP).**
5. **Apreciação das Informações sobre a discussão dos Projectos de Resolução n.º 275/X/3 (PCP) - "Pela elaboração e concretização de um plano integrado de desenvolvimento para o distrito da Guarda" e n.º 257/X/3 (PCP) - "Por medidas Agro-ambientais ajustadas à agricultura e aos agricultores portugueses".**
6. **Apreciação e votação das notas de admissibilidade referentes às seguintes Petições:** - Casa do Douro - "Clarificação legislativa que crie condições à revitalização e fortalecimento na Região das Associações representativas das profissões" (Relator - GP BE); - Associação de Ourivesaria e Relojoaria de Portugal e outros - "Para que sejam excluídos do Regulamento de Reconhecimento Mútuo os artefactos de metais preciosos" (Relator - GP PEV).
7. **Distribuição da Proposta de Lei 256/X/4ª - "Aprova o regime geral dos bens do domínio público." (Relator - GP PSD).**
8. **Outros assuntos:**
  - Expediente
  - Informações

No ponto 1 da Ordem do Dia, referente à **Audição do Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR)**, o Sr. Presidente deu as boas-vindas ao Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, Prof. Carlos Zorrinho, e à sua equipa, enquadrando a audição no âmbito das competências da CAEIDR em matéria de acompanhamento da Estratégia de Lisboa.

O Prof. Carlos Zorrinho distribuiu documentação e efectuou uma apresentação<sup>1</sup> sobre o balanço da Estratégia de Lisboa e as perspectivas futuro do novo Ciclo. O Sr. Presidente abriu, de seguida, a primeira ronda pelos Grupos Parlamentares.

O Sr. Deputado Carlos Poço recordou o acordo do seu GP quanto ao conteúdo da Estratégia de Lisboa, discordando, porém, da forma como esta tem sido implementada na prática. Quanto aos três eixos referidos (conhecimento, tecnologia, investimento), considera que o objectivo da Declaração de Lisboa falhou. Questionou o Prof. Carlos Zorrinho sobre a diferença nas economias decorrente da implementação da Estratégia de Lisboa, nomeadamente em matéria de I&D, a promoção da articulação entre universidades e empresas, o desenvolvimento do programa do MIT, a promoção do capital de risco e, ainda, o papel dos gestores colocados pelo Estado nas empresas. O Sr. Presidente passou a palavra ao Prof. Carlos Zorrinho para responder às questões colocadas.

<sup>1</sup> A apresentação efectuada faz parte do espólio da CAEIDR e pode ser consultada na respectiva página *internet*.

De seguida, interveio o Sr. Deputado Ventura Leite, recordando as diversas questões levantadas pela crise económica e considerando que a Europa não pode desperdiçar oportunidades e deve promover o aumento da participação parlamentar na concretização do processo de construção europeu. Questionou o Prof. Carlos Zorrinho sobre a ideia de futuro para a Europa, a possibilidade de falta de consenso entre os países para o pós-2010 e, ainda, a dinamização necessária do mercado interno. O Sr. Presidente passou a palavra ao Prof. Carlos Zorrinho para responder às questões colocadas.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes recordou, desde logo, o desaparecimento progressivo da língua portuguesa como língua de trabalho da União Europeia e o diminuto peso dos pequenos países no processo de decisão europeu. De seguida, questionou o Prof. Carlos Zorrinho sobre a avaliação da Estratégia de Lisboa ao nível interno de Portugal, considerando que desde Março de 2000 pouco mudou. Considerou, ainda, que a Estratégia de Lisboa contribuiu para fragilizar o país no actual contexto de crise, pelo seu contributo para a liberalização dos mercados financeiros, do controlo das contas públicas, a reforma do mercado de trabalho, o endividamento externo. Colocou questões, ainda, sobre a redução voluntária do IVA e as consequências para a competitividade das economias (em particular nas regiões transfronteiriças) e a actuação do Conselho Europeu relativamente ao caso Qimonda. O Sr. Presidente passou a palavra ao Prof. Carlos Zorrinho para responder às questões colocadas.

O Sr. Deputado Helder Amaral recordou o actual contexto de crise, questionando o Prof. Carlos Zorrinho sobre as respostas da Estratégia de Lisboa para a promoção: da coesão territorial, da eficiência do funcionamento do Estado, de critérios objectivos de atribuição de apoios, do emprego e do combate à pobreza e, enfim, da avaliação de impacto das medidas implementadas. O Sr. Presidente passou a palavra ao Prof. Carlos Zorrinho para responder às questões colocadas.

O Sr. Presidente abriu, de seguida, uma segunda ronda de intervenções.

O Sr. Deputado Carlos Poço questionou o Prof. Carlos Zorrinho sobre sugestões para uma melhor actividade em matéria de capital de risco e do papel das PME's na promoção do progresso tecnológico.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes questionou o Prof. Carlos Zorrinho sobre o endividamento crescente das economias, a má redistribuição de riqueza, a falta de avaliação da Estratégia de Lisboa e o controlo das contas públicas.

A Sra. Deputada Hortense Martins questionou o Prof. Carlos Zorrinho sobre o sector do turismo, o seu contributo para a resistência aos efeitos nefastos da crise económica e o papel do sector no contexto da Estratégia de Lisboa e da definição do pós-2010. Colocou, ainda, uma questão sobre as rotas turísticas transversais na Europa e a promoção da Europa no exterior como um produto único. Enfim, questionou o Prof. Carlos Zorrinho sobre a acção da Estratégia de Lisboa para ajudar as micro e PME's a cumprir as exigências decorrentes da aplicação de medidas de desburocratização, bem como sobre o papel do gestor enquanto empreendedor e agregador de motivações.

O Sr. Deputado Helder Amaral questionou o Prof. Carlos Zorrinho referente ao problema de diversas medidas europeias das quais as empresas portuguesas não podem usufruir por não cumprirem as condições para se candidatarem. Colocou, igualmente, questões sobre a rigidez de alguns planos sectoriais, a promoção da coesão territorial, a aplicação das novas tecnologias e o papel do sector do turismo no combate à crise.

O Sr. Presidente passou a palavra ao Prof. Carlos Zorrinho para responder às questões colocadas. De seguida, não havendo mais intervenções, agradeceu as informações e esclarecimentos prestados pelo Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, bem como as questões colocadas pelas Senhoras Deputados e pelos Senhores Deputados, e deu por encerrada a audição.

No ponto 2 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e votação das actas n.º 105 (17 de Março) e n.º 106 (18 de Março)**, não havendo intervenções, a acta n.º 106 foi aprovada com os votos favoráveis dos GP do PS, PSD, CDS-PP e PCP e a abstenção da Sra. Deputada Magda Borges, tendo-se registado a ausência dos GP do BE e do PEV. A votação da acta n.º 105 foi adiada para a reunião seguinte.

No ponto 3 da Ordem do Dia, relativo à **Apreciação e votação do Parecer sobre a Comunicação da União Europeia (2008) 642 Final - "As regiões ultraperiféricas: um trunfo para a Europa."**, o Sr. Deputado Jorge Seguro sugeriu adiar a discussão e votação do Parecer para a reunião seguinte, tendo a proposta sido consensualmente aceite pelos GP presentes.

No ponto 4 da Ordem do Dia, referente à **Discussão do Projecto de Resolução n.º 416/X/4 - "Sobre o Protocolo do Esgotamento" (PCP)**, o Sr. Presidente propôs a aplicação de uma grelha de tempos para a discussão de Projectos de Resolução, com 10 minutos para o GP proponente (5' para a apresentação do Projecto de Resolução e 5' para o fecho do debate) e 5 minutos para cada um dos restantes GP. De seguida, foi efectuada a discussão do referido Projecto de Resolução (*cf. Informação, anexa a esta acta*).

No ponto 5 da Ordem do Dia, relativo à **Apreciação das Informações sobre a discussão dos Projectos de Resolução n.º 275/X/3 (PCP) - "Pela elaboração e concretização de um plano integrado de desenvolvimento para o distrito da Guarda" e n.º 257/X/3 (PCP) - "Por medidas Agro-ambientais ajustadas à agricultura e aos agricultores portugueses"**, o Sr. Presidente deu conta das disposições constantes do documento aprovado em sede de Conferência de Presidentes de Comissões<sup>2</sup>. O Sr. Deputado Agostinho Lopes considerou que o conteúdo das Informações não deveria ser o constante das duas Informações em apreciação, e propor que quanto às posições dos Deputados se referisse apenas o sentido. Considerou, ainda, estar muito diminuta a referência à apresentação inicial do Projecto de Resolução por parte do Deputado. O Sr. Presidente recordou que o parágrafo 3 das Informações desenvolvia o conteúdo dos Projectos de Resolução, tendo o Sr. Deputado Agostinho Lopes acrescentado ser omissa a resposta do Sr. Deputado Bernardino Soares no caso do Projecto de Resolução n.º 275/X/3<sup>a</sup>. Nesse sentido, o Sr. Presidente propôs que da informação constante um resumo da iniciativa, a sua apresentação e o sentido de voto dos GP. A Sra. Deputada Rita Miguel considerou que a referência às intervenções dos Srs. Deputados deveria ser mais exaustiva. O Sr. Presidente concordou com a inserção da intervenção final do GP proponente. O Sr. Deputado Helder Amaral, por seu turno, propôs que a questão deveria ser dirimida em sede superior, e considerou que o conteúdo da informação resumia excessivamente o debate havido em sede da CAEIDR. O Sr. Deputado Ventura Leite considerou que poderia ser positivo efectuar a gravação da reunião. O Sr. Deputado Agostinho Lopes, por seu turno, considerou que o único registo aceitável seria a transcrição da reunião, caso contrário tornava-se uma interpretação dos serviços. Por seu turno, a Sra. Deputada Rita Miguel acrescentou que a mera menção à posição expressa pelos GP tornava-se redutora e poderia não explicitar em pleno a posição dos GP em função do conteúdo dos Projectos de Resolução, daí a importância de ser dado algum relevo à discussão.

No ponto 6 da Ordem do Dia, relativo à **Apreciação e votação das notas de admissibilidade referentes às seguintes Petições: - Casa do Douro - "Clarificação legislativa que crie condições à revitalização e fortalecimento na Região das Associações representativas das profissões" - Associação de Ourivesaria e Relojoaria de Portugal e outros - "Para que sejam excluídos do Regulamento de Reconhecimento Mútuo os artefactos de metais preciosos"**, o Sr. Presidente submeteu ambas as notas de admissibilidade a votação, tendo estas sido aprovadas por unanimidade, registando-se as ausências dos GP do BE e do PEV. O Sr. Presidente informou da distribuição da Petição respeitante à Casa do Douro à Sra. Deputada Alda Macedo e da Petição referente à Associação de Ourivesaria e Relojoaria de Portugal e outros ao Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

<sup>2</sup> Documento aprovado em reunião da Conferência de Presidentes de Comissões de 2 de Outubro de 2008.

No ponto 7 da Ordem do Dia, referente à **Distribuição da Proposta de Lei 256/X/4<sup>a</sup> - "Aprova o regime geral dos bens do domínio público"**, foi nomeada a Sra. Deputada Rosário Águas.

No ponto 8 da Ordem do Dia, relativo aos **Outros Assuntos**, o Sr. Presidente deu conta da entrada na Mesa do Requerimento do CDS-PP, para Audição do Sr. Secretário de Estado da Protecção Civil, remetido nesse mesmo dia pelo Sr. Presidente da Subcomissão de Agricultura, Florestas, Desenvolvimento Rural e Pescas (SCAFDRP), com carácter de urgência. O Sr. Presidente da SCAFDRP deu conta do sucedido na reunião da Subcomissão dessa manhã e da discussão havida quanto a práticas de audição de membros de Governo, nomeadamente no contexto do Grupo de Trabalho – Sector Têxtil e Vestuário. Recordou ter transmitido aos Srs. Deputados a regra habitual de os Srs. Ministros serem ouvidos em plenário da CAEIDR e os Srs. Secretários de Estado poderem ser ouvidos em sede das Subcomissões se para tal houver consenso na Comissão. Deu conta de ter submetido o Requerimento a votação – tendo o resultado final sido de 6 votos favoráveis (4 do PSD, 1 do PCP e 1 do CDS-PP) e 5 contra do PS – apesar de considerar o resultado como nulo, dado que a votação deveria ter ocorrido em sede de Comissão.

O Sr. Deputado Helder Amaral recordou ter dirigido o Requerimento directamente à SCAFDRP, como habitualmente e que a votação efectuada, no pleno exercício das funções dos Srs. Deputados da Subcomissão, tivera o resultado já referido. Não discutiu a validade do acto, dado que fora o Presidente da SCAFDRP a submeter o Requerimento a votação, e aceitou que a CAEIDR se pronunciasse para validar a decisão.

A Sra. Deputada Teresa Venda interveio para esclarecer a actuação ocorrida em sede do Grupo de Trabalho – Sector Têxtil e Vestuário, tendo sido a proposta submetida à deliberação da CAEIDR.

O Sr. Deputado Carlos Poço questionou o significado da votação ocorrida na SCAFDRP, não tendo esta competência deliberativa.

O Sr. Deputado Carlos Lopes considerou extemporânea a audição do Sr. Secretário de Estado da Protecção Civil na Comissão pelo alarme que poderia causar.

O Sr. Deputado Lúcio Ferreira recordou que o Presidente da Subcomissão referira no início da reunião a falta de capacidade deliberativa das Subcomissões, tal como constante do Regulamento interno da CAEIDR.

O Sr. Presidente da SCAFDRP, Deputado Miguel Ginestal, reiterou a intervenção do Sr. Deputado Lúcio Ferreira, considerando que a CAEIDR deveria tomar uma posição.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes opinou que deveria ser aclarada a possibilidade de Subcomissões e Grupos de Trabalho terem autonomia para ouvirem Secretários de Estado, independentemente do disposto nos respectivos Planos de Actividades.

O Sr. Deputado Jorge Seguro recordou a deliberação da Reunião de Coordenadores ocorrida em 13 de Dezembro de 2007.

O Sr. Presidente da CAEIDR recordou as práticas da CAEIDR, nomeadamente em função do Regimento da Assembleia da República e do Regulamento interno da Comissão, segundo as quais a proposta de audição de membros de Governo em sede de Subcomissões deve ser submetida ao plenário da CAEIDR, pelo que considerou que o Requerimento em discussão deveria ter sido remetido, à partida, à CAEIDR e não à SCAFDRP. Neste sentido, solicitou que, com a anuência dos Grupos Parlamentares, poderia ser agendado e votado na CAEIDR. Para o futuro, reforçou que os requerimentos para audição de membros do Governo deveriam ser remetidos à CAEIDR, a audição de Ministros deveria ocorrer em plenário da CAEIDR e a audição de Secretários de Estado deveria ser avaliada, caso a caso.

O Sr. Deputado Helder Amaral não se opôs à votação do Requerimento, recordando porém que se este tivesse sido chumbado não se levantaria discussão. Reiterou que foi decisão da Subcomissão, com quórum, de submeter a votação o Requerimento.

O Sr. Presidente da SCAFDRP, Deputado Miguel Ginestal, recordou que o entendimento desde o início foi o de que a Subcomissão não podia submeter o Requerimento a votação.

Havendo consenso dos Grupos Parlamentares, o Requerimento foi votado (sendo dispensada a sua apresentação pelo Sr. Deputado Helder Amaral), tendo sido rejeitado com os votos contra do PS e favoráveis do PSD, PCP e CDS-PP, registando-se a ausência do BE e do PEV.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da CAEIDR encerrou a reunião às 18h55, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. A audição foi gravada, fazendo a gravação parte integrante desta acta.

Palácio de São Bento, 24 de Março de 2009.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

*Rui Vieira*

Nota: Acta aprovada na reunião de 9 de Junho de 2009.

## Folha de Presenças

Estavam presentes nesta reunião os seguintes Srs. Deputados:

- Afonso Candal
- Agostinho Lopes
- Alda Macedo
- António Almeida Henriques
- Carlos Poço
- Helder Amaral
- Hortense Martins
- Jorge Seguro Sanches
- Lúcio Ferreira
- Magda Borges
- Miguel Ginestal
- Pedro Nuno Santos
- Rita Miguel
- Rosário Águas
- Rui Vieira
- Ventura Leite
- Carlos Lopes
- Emídio Guerreiro
- Horácio Antunes
- Jorge Almeida
- Manuel José Rodrigues
- Nuno Antão
- Teresa Venda

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

- David Martins
- Maria Idalina Trindade

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

- Francisco Madeira Lopes
- Hugo Velosa
- Mendes Bota